

HABEAS CORPUS Nº 502.460 - SP (2019/0095079-4)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
FABIO JACYNTHO SORGE - SP247667
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : JOSE CARLOS DOS SANTOS DIAS (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em benefício de JOSE CARLOS DOS SANTOS DIAS, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (HC n. 2002868-53.2019.826.0000).

Extraí-se dos autos que o paciente foi preso preventivamente em 2/1/2018 por ter supostamente praticado os delitos tipificados no art. 121, § 2º, incisos V, c/c art. 14, inciso II e art. 121, § 2, incisos II, IV e Vi, c/c § 2º-A, inciso I, § 7º, inciso III e art. 14, inciso II, todos do Código Penal (tentativa de homicídio qualificado e tentativa de feminicídio qualificado).

Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, o qual denegou a ordem nos termos do acórdão que restou assim ementado:

Habeas corpus - Homicídio Qualificado tentado e Feminicídio qualificado tentado - Impetração alegando ausência dos requisitos para a decretação da prisão preventiva e de excesso de prazo na formação da culpa - Prisão preventiva corretamente mantida - Decisão que decretou a prisão cautelar do paciente bem fundamentada, entendendo estarem presentes os pressupostos da prisão preventiva - Crimes que, por sua natureza e gravidade, demonstram a personalidade deturpada do paciente, justificando-se a prisão cautelar para a garantia da ordem pública e aplicação da lei penal - Eventuais condições favoráveis do paciente não garantem direito à liberdade provisória se a manutenção da custódia é recomendada por outros elementos constantes dos autos - Presentes os pressupostos da prisão preventiva - Excesso de Prazo - Inocorrência - Impossibilidade de aceitação da mera contagem aritmética do prazo ou sua somatória para se aquilatar a configuração de excesso de prazo - Crime complexo - Prática de diversos atos procedimentais que demandam, de fato, mais tempo para o encerramento da instrução - Ordem denegada (fl. 78).

No presente *mandamus*, assevera que o inquérito policial demorou cerca de 10 meses para ser concluído, mesmo com o paciente custodiado. Alega excesso de prazo para a formação da culpa, porquanto a custódia cautelar perdura por mais de 1 ano e 3 meses sem que tenha sido proferida sentença de pronúncia.

Ressalta as condições pessoais favoráveis do paciente, sobretudo sua primariedade, e pondera que inexistem indícios de que ele, em liberdade, colocará em risco a ordem pública.

Argumenta que a gravidade do delito não constitui fundamento idôneo para ensejar a prisão preventiva que, no caso concreto, caracteriza indevida antecipação de pena. Sustenta ser suficiente a aplicação de medidas cautelares alternativas.

Pugna, assim, em liminar e no mérito, pela expedição de alvará de soltura, se for o caso com aplicação de medidas cautelares alternativas, nos termos do art. 319 do Código de Processo Penal.

É o relatório.

Decido.

Diante da hipótese de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, a impetração sequer deveria ser conhecida segundo orientação jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal e do próprio Superior Tribunal de Justiça. Contudo, considerando as alegações expostas na inicial, razoável o processamento do feito para verificar a existência de eventual constrangimento ilegal.

No caso, ao menos em juízo perfunctório, não é possível identificar de plano o constrangimento ilegal aventado ou, ainda, a presença do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, elementos autorizadores para a concessão da tutela de urgência.

Confundindo-se com o mérito, a pretensão deve ser submetida à análise do órgão colegiado, oportunidade na qual poderá ser feito exame aprofundado das alegações relatadas após manifestação do *Parquet*.

Por tais razões, **indefiro o pedido de liminar.**

Oficie-se à autoridade coatora, bem como ao juízo de primeiro grau a fim de solicitar-lhes as informações pertinentes, a serem prestadas, preferencialmente, por meio eletrônico, e o envio de senha para acesso ao processo no *site* do Tribunal, se for o caso.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 04 de abril de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator

